MONÇÕES
REVISTA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UFGD

DOI: 10.30612/rmufgd.v11i21.16529

O Sul Global e suas Perspectivas: Ampliando as Fronteiras das Relações Internacionais

Fernanda Barth Barasuol
Professora substituta da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
Dourados, MS (Brazil)
E-mail: febarasuol@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-2368-8226

Luiza Cerioli
Pesquisadora de pós-doutorado na Universidade de Kassel
Kassel, HE (Germany)
E-mail: luizacerioli@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-3650-8378

Mariana Kalil
Professora Adjunta da Escola Superior de Guerra (ESG)
Rio de Janeiro, RJ (Brazil)
E-mail: mariana.kalil@esg.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-1302-8339

INTRODUÇÃO

A maioria dos que trabalham criticamente com a teoria das Relações Internacionais (RI) no chamado Sul Global concorda em um ponto: o núcleo da disciplina é ocidentalizado, o que diminui a capacidade das RI de explicar fenômenos em muitas partes do mundo. Além disso, quase como um ritual, a maioria dos artigos escritos sobre o tema começa com a afirmação de Hoffman (1977) de que as RI são uma "Ciência Social Americana" (AYOOB, 2002; BILGIN, 2008; DECIANCIO, 2016, GELARDI 2020). Isso significa que a disciplina tem sido feita principalmente *por* e *para* aqueles que ocupam as principais posições de tomada de decisão nos países ocidentais ricos – particularmente os Estados Unidos – e é forçada à periferia do mundo que constantemente consome conteúdo sem ter seu conteúdo consumido (TICKNER; WEAVER, 2009). Essa crítica enfatizou corretamente essa unidirecionalidade: as RI tendem a ser produzidas no centro e projetadas para outras regiões do mundo, enquanto o que é produzido fora do centro ocidental/europeu raramente viaja para fora das fronteiras nacionais (ou no máximo regionais) (ALEJANDRO, 2019). Igualmente importante, o que é produzido no chamado Norte Global é mascarado como universal, como se seus conceitos, argumentos, teorias e conclusões não precisassem se adaptar a diferentes contextos (ACHARYA, 2014).

Neste artigo, nós – juntamente com os diversos autores deste dossiê – partimos do princípio de que essa crítica está decididamente consolidada. Hoje, é possível dizer que estamos chegando a um consenso dentro da academia de RI: sim, a disciplina tem uma clara origem e tendência centrada no Ocidente ou no Norte Global[1]. Onde as opiniões divergem é se isso é bom, ruim ou sem importância. De fato, parece que pelo menos uma parte do *mainstream* ainda trata a questão como sem importância ou diz que Hoffman se enganou (TURTON 2016) ou que essa hierarquia está mudando devido ao crescente número de publicações de fora do centro produtor de conhecimento (KRISTENSEN, 2013). Defendemos que a desocidentalização das RI é um passo essencial na evolução da disciplina, trazendo maior inclusão e diversidade de experiências. Além disso, acrescentamos que, embora o crescimento no número de publicações e participação em conferências de estudiosos não ocidentais seja louvável (KRISTENSEN, 2013), essa discussão não se encerra apenas com melhorias quantitativas. Essa divisão de trabalho entre acadêmicos – que reproduz principalmente antigas desigualdades econômicas – relaciona-se a questões da sociologia do conhecimento, bem como a problemas materiais e de acesso e precisam ser melhor abordadas (TICKNER; WEAVER, 2009).

1 Embora entendamos que os termos não-ocidente e Sul Global têm origens diferentes e podem ter diferentes conotações, aqui os usamos de forma intercambiável, para significar aqueles países que sofrem de heranças coloniais e historicamente ocuparam espaços marginalizados no capitalismo internacional, bem como na rede internacional de circulação de ideias.

CC BY NC SA

Portanto, afirmar que as RI precisam se desocidentalizar não é algo novo e, como este e a maioria dos demais textos desta edição mostram, muitos caminhos diferentes surgiram como alternativas para prosseguir nessa empreitada. Discutimos brevemente esses caminhos na seção a seguir. Depois, focamos nossas lentes no Global IR (GIR), ou RI Globais, uma iniciativa ou movimento proposto por Amitav Acharya em 2014, que tem recebido cada vez mais atenção e aceitação desde então. Apresentamos as principais ideias do Global IR/RI Globais para discutir por que essa iniciativa de pluralizar a disciplina via reformismo e subsunção é valiosa. Apresentamos também o que percebemos como as atuais limitações do GIR, que está principalmente centrado em quem está realmente produzindo "conteúdo GIR" e quem está tendo acesso a ele. Isso nos leva ao nosso principal argumento: a questão muitas vezes negligenciada das condições materiais para produzir ciência inovadora e como isso pode dificultar até mesmo a tentativa mais bem-intencionada de desocidentalizar uma disciplina. Finalizamos apresentando o caso brasileiro como um exemplo de como questões econômicas e políticas estão ligadas ao florescimento ou decadência de uma produção acadêmica nacional.

Além de apresentar o tema e nosso argumento, este texto também funciona como uma introdução a este dossiê, que inclui nove artigos e uma entrevista com Jacqueline Braveboy-Wagner (City University of New York). No entanto, ao invés de apresentar pequenos resumos de cada texto, optamos por entrelaçar seus argumentos aos apresentados neste artigo de forma orgânica. Isso nos permite mostrar não apenas suas contribuições particulares, mas também como elas se encaixam e contribuem para o debate mais amplo das RI Globais.

OS MUITOS CAMINHOS PARA A PLURALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Como Hoffman (1977) colocou, e Biersteker (2009) reconfirmou décadas depois, a academia de RI dos EUA é de fato globalmente hegemônica, já que a maioria dos acadêmicos, periódicos, associações, conferências, escolas e editores mais citados estão sediados nos Estados Unidos. Lemos desproporcionalmente autores dos Estados Unidos, independentemente da abordagem teórica escolhida. Além disso, a maioria dos cursos de introdução às RI e de Teorias de RI (TRI) voltará sua atenção para nomes baseados nos EUA, como John Mearsheimer, Kenneth N. Waltz, Robert Gilpin, Joseph Nye ou Robert Keohane. Uma característica-chave da academia americana *mainstream* de RI (aprisionada no debate neoliberalismo versus neorrealismo) é uma ambição à parcimônia e ao universalismo; se estudamos o sistema internacional e ele é composto pelas mesmas unidades (Estados) buscando o mesmo objetivo principal (a sobrevivência), o que acontece em um lugar acontece em todos os lugares.

CC BY NC SA

Esse paroquialismo é, de fato, um problema disciplinar central que as críticas enfatizam. É paroquial pensar que os países da periferia do sistema internacional terão os mesmos condicionantes ou irão priorizar os mesmos interesses, ameaças e valores ao fazer política externa que os do Norte Global. No entanto, como Biersteker (2009, p. 308) afirmou corretamente, todas as comunidades acadêmicas nacionais de RI são, de uma forma ou de outra, paroquiais. Isso significa que elas chegam a conclusões com base nas experiências e contextos limitados em que foram feitos, esquecendo, durante o processo, que essas limitações existem em primeiro lugar. Assim, o que propomos aqui como desocidentalização das RI significa trazer para o *mainstream* disciplinar outras comunidades nacionais, aumentando a diversidade e a pluralidade, não substituindo um paroquialismo por outro.

O paroquialismo americano de RI pode ser vinculado à onda behaviorista dos anos 1980 que empurrou as Ciências Sociais para epistemologias e metodologias racionalistas (HALLIDAY, 1994). Como os acadêmicos americanos de RI estavam interessados predominantemente em resolver questões de política externa norte-americana, a virada behaviorista também auxiliou a distanciar a disciplina dos especialistas em Estudos Regionais ou de Área (Area Studies), que produziram análises aprofundadas sobre as especificidades das regiões do mundo (VALBJORN, 2004). Os estudos de área, em si uma invenção colonial em benefício das potências imperialistas, não produziram o tipo de conhecimento que poderia evoluir para leis positivistas. Então, surgiu uma divisão artificial do trabalho: as RI (que nos EUA é vista como parte da Ciência Política) tornou-se uma disciplina de resolução de problemas produzindo generalizações, enquanto os Estudos de Área produziam trabalhos detalhados, práticos, culturalistas e contextuais sobre regiões periféricas (SHAMI; MILLER-IDRISS 2016). Em outras palavras, os especialistas de área deviam abranger as regiões incultas e exóticas, enquanto os acadêmicos de RI deviam produzir ciência universal (BILGIN, 2015).

Dessa forma, as RI que dizemos deve ser desocidentalizadas são a disciplina que surgiu em função da competição entre as grandes potências e suas prioridades de política externa, que também são infundidas pelas políticas de raça, nacionalismo, guerras e imperialismo (BUZAN; ACHARYA , 2019). Portanto, o desejo de manter a dominação política dos EUA relegou uma parte significativa do mundo a uma posição periférica na produção de conhecimento disciplinar (BUZAN; LAWSON 2015). Assim, o paroquialismo americano tão frequentemente enfatizado neste dossiê é consequência da escolha de desenvolver teorias e conceitos universalistas que refletem a experiência norte-americana enquanto ignoram ou silenciam a história e a agência do Sul Global (FAWCETT, 2020). Neste dossiê, os textos de Ana Paula Silva, Guilherme Macedo e Ellen Monielle (*Retraçando Caminhos Já Percorridos?: Um Olhar Pluriversal Sobre a Diplomacia Indigena na América Latina*), Juliane Teixeira (*Problematizando*

CC BY NC SA

as Relações Internacionais: Propostas do Sul Global para a pluralização da crítica na disciplina), e Rafael Bittencourt e Valéria Lopes (*Já existe uma RI diferente: explorando ausências e emerg*ências do Sul Global) discutem ainda mais essa questão de silenciar e negligenciar o conhecimento de RI produzido no Sul Global. O que fica claro é que o resultado que vemos hoje é uma desconexão entre os conceitos dominantes de RI e as realidades que estudiosos não ocidentais percebem e analisam (TICKNER; WEAVER 2009; BUZAN; ACHARYA, 2019).

Autores de diferentes origens e abordagens têm criticado o paroquialismo das RI *mainstream*: do pós-positivismo ao pós-estruturalismo, daqueles que vinculam o problema à questão mais ampla da sociologia da ciência aos que propõem questionamentos historiográficos céticos sobre a origem da disciplina (TICKNER; WEAVER 2009). Autores pós-coloniais, por exemplo, oferecem diferentes relatos históricos da "ascensão do Ocidente" como um contraponto do mundo "não-ocidental". Muitos deles desafiam a narrativa benigna de universalizar o modelo político-social ocidental através da formação de uma "sociedade internacional", enfatizando como o Norte Global tem, na verdade, lucrado e estimulado a desigualdade globalmente (HURRELL, 2016; VUCETIC 2011). Por exemplo, nesta edição, o artigo de Thiago Babo e Daniel Rei Coronato *O Conceito de Estado e o Cânone Tradicional das Relações Internacionais: Problematização Teórico-Conceitual e Crítica* defende uma revisão dos diferentes processos de formação do Estado no Sul Global e seus efeitos nas RI.

Esses corpos acadêmicos em evolução trazem à tona como as estruturas de produção de conhecimento são um reflexo e uma ferramenta para reforçar a política de poder, a segregação de agências e as hierarquias dentro do sistema internacional. Dessa forma, a desocidentalização das RI deve forçar a academia do Norte Global a enfrentar seu próprio papel em relação às desigualdades de raça, gênero, poder e acesso (ANIEVAS; MANCHANDA; SHILLIAM, 2015). Em seu artigo nesta edição, *A Influência do Movimento Pan Africanista Para a Proteção Internacional aos Refugiados*, por exemplo, Marina Almeida Rosa destaca como uma compreensão eurocêntrica da migração não refletia a realidade na África, empurrando as ideias do pan-africanismo para o cerne do direito internacional no continente sobre esta questão chave para as RI. Tanto o artigo de Rosa quanto de Babo e Coronato ajudam a ilustrar que a conexão entre conhecimento e poder é uma via de mão dupla: as estruturas de poder definem e constrangem qual conhecimento é produzido e aceito e são, por sua vez, reforçadas por ele. O que eles também afirmam, no entanto, é que o conhecimento também pode confrontar essas estruturas.

Muitos estudiosos de RI concentram seu trabalho em uma região específica do mundo, borrando as linhas entre a disciplina e os Estudos de Área (Area Studies); alguns deles argu-

CC BY NC SA

mentam que o caminho para a desocidentalização é trazer de volta estes estudos (BUZAN; ACHARYA, 2019; HURRELL, 2020). A "chamada à interdisciplinaridade" defende que as RI devem abrir mão de alguma parcimônia para poder detectar como diferentes regiões do mundo real reagem de forma diferente a estímulos sistêmicos devido às suas próprias particularidades. Dessa forma, deve-se compreender os Estudos de Área como espaços intelectuais geograficamente delimitados, onde estudiosos de diferentes formações buscam casos, conceitos e vozes, explorando e ampliando suas fronteiras de conhecimento. Portanto, trabalhar na interface de RI e Estudos de Área seria uma forma eficiente de desocidentalização, pois combina as teorias transversais da primeira com a farta análise contextual da segunda (FAWCETT, 2020).

A ideia aqui é trazer as regiões - e suas experiências -, mas não cair nas armadilhas culturalistas das quais os Estudos de Área muitas vezes são vítimas. Se estamos aqui defendendo a continuidade das RI como uma disciplina coesa - com muitas divergências, escolas ou paradigmas quantos forem necessários - não podemos apoiar seu desmantelamento em regionalismo excessivo (HURRELL, 2016). O objetivo ainda é desenvolver conceitos, teorias e frameworks que tenham um certo grau de aplicação geral. Qual é esse grau não será respondido neste dossiê de forma conclusiva - pensamos que definir um limite sobre o que é aceito ou rejeitado não é necessariamente produtivo. Enquanto buscamos a pluralidade, devemos estar atentos para não substituir um paroquialismo por outro.

Em outras palavras, concordamos aqui com Chakrabarty (2000) que a maioria das categorias teóricas e analíticas dominantes ainda são relevantes, apesar de não serem adequadas a todas as regiões. De fato, os estudiosos do Sul Global continuam a empregar muitos conceitos e estruturas analíticas desenvolvidas no núcleo da disciplina, na maioria das vezes adaptando-os às realidades de seus países. Tomando como exemplo a América Latina, as duas ideias da região mais empregadas nas RI são a escola da dependência (CARDOSO; FALETTO, 1969) e o Realismo Periférico (ESCUDÉ, 1992). Enquanto a primeira se alimenta de ideias de interdependência desigual entre diferentes regiões do mundo semelhantes à Teoria do Sistema Mundo de Wallerstein, a segunda traz discussões sobre a divisão internacional do trabalho e desenvolvimento desigual para o próprio cânone ocidentalizado do Realismo. O artigo de Alice Castelani neste dossiê, *Mimetismo e ambivalência no conceito de soberania: uma contribuição brasileira para a disciplina de Relações Internacionais,* enfoca a função do mimetismo e da ambivalência no processo de conceituação das RI brasileiras para aprofundar essa discussão de adoção e adequação.

Em suma, vivemos em um sistema internacional extremamente complexo, em que o equilíbrio de poder entre os países está mudando claramente, e há a emergência de novos

CC BY NC SA

atores e experiências de transnacionalismo. Em termos práticos, não podemos fugir do mainstream ocidental (HURRELL, 2016), mas podemos adaptá-lo de dentro. O surgimento de escolas "além do Ocidente", principalmente as chinesas e indianas, são lembretes de que a disciplina se transforma em novas realidades e reequilíbrio de poder (ACHARYA, 2011). Bilgin (2008) traz à tona a ideia de um "mercado mundial acadêmico" no qual ideias e abordagens viajam, se adaptam e se ajustam para explicar as realidades locais. Aris (2020) vai mais longe ao dizer que o progresso de uma disciplina deve ser medido, entre outras questões, por sua capacidade de produzir bens cambiáveis e influenciar outros campos, contestando e transformando as relações de poder disciplinar e os limites da produção do conhecimento. É isso, a nosso ver, justamente o que propõe as RI Globais.

Entendemos o GIR como um movimento, uma iniciativa que mapeia o estudo das RI globalmente, detectando e examinando como ele varia em diferentes partes do mundo. Isso nos instiga a buscar melhores ferramentas para compreender a ordem global e fazer indagações que reflitam a intrincada difusão de poder do mundo e suas muitas mudanças socioeconômicas e políticas. Assim, defender uma RI Global, para muitos autores, inclusive nós mesmas, tem significado defender uma visão mais ampla: a ampliação de nossa compreensão do conhecimento válido, que nos permitiria aprender com os formuladores de políticas (ACHARYA; BUZAN, 2009), a partir de perspectivas indígenas (QUEJERAZU; TICKNER, 2022), de conceitos tradicionais como o ubuntu africano (SMITH, 2012), entre outros. Ao mesmo tempo, ampliar nossa concepção de 'RI' nos permitiria abranger raça, gênero e outras questões e agendas historicamente marginalizadas na disciplina - bem como os autores que tentaram entendê-las (VITALIS, 2015).

Vale a pena notar que esses apelos para a ampliação da disciplina não vieram exclusivamente das RI Globais. De fato, pode-se argumentar que o GIR seguiu um movimento maior de questionamento do cânone disciplinar muitas vezes referido como o Terceiro Debate. Esse termo guarda-chuva abrange críticas variadas como pós-modernismo e pós-estruturalismo, feminismo e pós-colonialismo. Apesar do ecletismo geral desse Debate, muitas dessas perspectivas têm em comum "uma ênfase na natureza construída do conhecimento" e uma "afirmação de que a linguagem desempenha um papel central na construção da realidade" (BALZACQ; BEALE, 2017, s.p.) . É o caso do pós-colonialismo, uma tradição teórica que remonta aos anos 1970 e que aos poucos vem ganhando espaço nas RI.

O pós-colonialismo foi possivelmente a primeira tradição em RI a chamar a atenção para vozes marginalizadas do Sul Global, bem como para "as intersecções de raça, classe e gênero na construção de assimetrias de poder" (CHOWDRY; NAIR, 2002, p. 2) tanto dentro como en-

CC BY NC SA

tre Estados, e o papel que o colonialismo desempenhou na construção e perpetuação dessas assimetrias. Seguindo Said (2007 [1978]), as análises pós-coloniais se concentram na maneira como as identidades do Ocidente e do não-Ocidente foram construídas em oposição uma à outra como "Eu" e "Outro" por meio do discurso e como os marcadores atribuídos a cada uma - como civilizado/incivilizado - têm amplas consequências. Embora o pós-colonialismo, então, seja um precursor em desafiar a "autoridade epistêmica, ideológica e política do conhecimento ocidental e da elite" (CHOWDRY; NAIR, 2002, p. 13), alguns autores (principalmente marxistas) questionaram seu foco na cultura em detrimento das condições materiais - um ponto que discutiremos mais adiante usando o caso brasileiro na última seção deste artigo.

Por fim, embora seja crucial entender como diferentes atores atribuem significado às suas ações em relação à sua cultura, história e política, deve-se desconfiar dos relatos culturalistas. Em RI, é com a política da cultura que se deve se preocupar, não com a cultura em si (HURRELL, 2020). Caso contrário, o relativismo excessivo pode manter o que é produzido no mundo não-ocidental restrito às suas fronteiras e ignorar que muitas das similitudes dentro dos países são produtos de fatores sistêmicos (BUZAN, 2016; GELARDI, 2019). Limitar as RI não-ocidentais a macro unidades de análise (como o mundo islâmico, os valores chineses ou o estilo de governança latino-americano) pode ser contraproducente para as RI Globais porque ignora a interconectividade entre essas unidades. Quando a cultura é apresentada como causa única de um fenômeno ou evento político, os conceitos e ideias desenvolvidos para essa análise não podem ser aplicados em nenhum outro caso e, portanto, não contribuem para desocidentalizar as RI.

Para encerrarmos nossa apresentação das principais ideias de RI Global, é fundamental ressaltar que, apesar de sua abrangência, a iniciativa concorda com autores que defendem que a maioria das convenções tradicionais de RI são ineficientes, mas necessárias. Noções como dilema de segurança, anarquia e equilíbrio de poder, desenvolvidas pela academia ocidental, podem ser pertinentes em todo o mundo. Portanto, o que se faz necessário é uma recalibração do *Internacional* em RI, conectando as diversas comunidades acadêmicas e seus diferentes entendimentos (HELLMAN; VALBJORN, 2017). Dessa forma, o RI Global sugere avançar na disciplina por meio da inclusão e reimaginação, abraçando e promovendo a difusão do poder acadêmico. Isso só pode ser feito se encararmos que as conexões entre aqueles que controlam as estruturas de poder e aqueles que produzem conhecimento são mais fortes do que se pode aceitar - em outras palavras, se entendermos a iniciativa Global IR como parte de uma discussão maior sobre a sociologia do conhecimento.

CC BY NC SA

ESTRUTURAS DE PODER E PRODUÇÃO DE RI

Como mencionado, as RI Globais não aparecem em um vácuo científico. Existem iniciativas semelhantes em outros campos. Nos estudos históricos, por exemplo, há uma agenda de História Global bastante semelhante às RI Globais, destacando como a divisão desigual de poder entre as sociedades se reflete na história que estamos aprendendo em nossas escolas e universidades. Isso nos leva a uma noção que pode parecer inconveniente para quem tem fé na laicidade da ciência e para quem acredita na separação absoluta entre ciência e sociedade. As RI globais, assim como a História Global, voltam os holofotes para as linhas geográficas do chamado universalismo epistêmico. Dada a divisão Norte Global-Sul Global na distribuição do trabalho intelectual, é importante propormos a tese de que as condições materiais devem ter pelo menos alguma influência na capacidade de produzir conhecimento, enquanto os contextos econômicos e políticos têm impacto decisivo sobre a mesma.

Além de lidar com as estruturas e processos sociais das atividades científicas, a sociologia do conhecimento lida com as condições sociais da ciência, algo que alguns chamam de esfera macropolítica (BEN-DAVID; SULLIVAN, 1975). Ela expõe que aqueles que confiam na laicidade da ciência ignoram o impacto que as condições macropolíticas têm sobre a mesma. Embora Tickner e Weaver (2009) ressaltem o impacto das condições materiais na pesquisa ao introduzir a ideia de epistemologias geoculturais – tanto em seu conteúdo quanto na capacidade de realmente desenvolver uma agenda de pesquisa –, outros ainda acreditam que o ambiente macropolítico "é apenas indiretamente influente na medida em que afeta as bases institucionais e materiais da vida intelectual" (KRISTENSEN, 2015, p. 62).

Peter Markus Kristensen (2013) revisitou a ideia de as RI ser uma disciplina norte-americana e forneceu dados abrangentes mostrando a evolução da distribuição geográfica dos artigos de pesquisa em RI na Web of Science (WoS) de 1966 a 2011. Durante o período analisado, acadêmicos baseados nos EUA passaram de aproximadamente 60% para 30% de todos os artigos publicados - indicando como a disciplina se transforma lentamente à medida que o mundo se torna mais multipolar. No entanto, os estudiosos que ocuparam esse espaço estão no que ele chama de Mundo Anglófono, Europa Continental e JIT (Japão, Israel, Taiwan) - nada que definiríamos como o núcleo do Sul Global. Além disso, quando Kristensen se concentra nos principais periódicos de RI, no mesmo período de tempo, não apenas as publicações ficam ainda mais concentradas nos EUA (representando 75% em 1966 e cerca de 50% em 2011), mas os ganhos de espaço são significativamente mais concentrados no Mundo Anglófono, na Europa Continental e em Israel.

CC BY NC SA

Não surpreendentemente, quando olhamos para as divisões geopolíticas, tendemos a encontrar atores muito semelhantes alinhados na chamada frente ocidental. É, assim, possível argumentar que as RI são certamente ocidentais e, além disso, que autores baseados em países geopoliticamente relevantes para o Ocidente tendem a ganhar mais espaço nas publicações da WoS. Este é certamente o caso quando descompactamos os números da representação brasileira, indiana e chinesa na amostra de Kristensen:

> As crescentes comunidades de RI no Brasil, Índia e China ("BIC") desempenham um papel marginal nos principais periódicos. O grupo "BIC" representou 3,2% nos últimos anos, contra menos de 1% antes de meados da década de 1990. A China é o principal impulsionador com um aumento de 0,3 a 0,4% nas décadas de 1980 e 1990 para cerca de 2,5% do total de publicações nos últimos anos (KRISTENSEN, 2013, p. 14).

Risse et al (2022) fundamentam esta tese. Depois de examinar os padrões de citação nas publicações WoS e em publicações não WoS da Europa, América do Norte, América Latina, África e Ásia, eles percebem que, "embora a teoria de RI seja referida em todos os lugares, ela definitivamente não é global" (RISSE em al, 2022, p. 22):

> Nossas 300 principais fontes citadas pela WoS foram publicadas exclusivamente nos Estados Unidos, Reino Unido e Europa continental. Fontes teóricas altamente citadas em nosso conjunto de dados de periódicos não pertencentes à WoS não contêm referências a estudos latino-americanos, africanos ou asiáticos (com a possível exceção da China) (Idem) .

Embora Hoffmann (1977) argumente que a democracia é a pedra angular da ciência em RI, e que esta é uma das principais razões pelas quais RI é uma ciência social americana, Brasil e Índia estão tendo dificuldade em competir com a ascensão de acadêmicos baseados na China entre publicações internacionais (WoS e não-WoS). Dada a sobreposição geopolítica entre autoria ocidental e alianças militares ocidentais, é provável que o interesse geopolítico em compreender a China possa ter dado mais espaço aos chineses nas publicações Novamente, isso reflete a discussão acima mencionada de que a disciplina se move de acordo com as mudanças nas estruturas de poder global - e, quando se trata de uma possível mudança sistêmica, a China ainda está liderando o debate, e não o Brasil ou a Índia.

À luz desses números, questionamos a tese de Kristensen (2015) de que a esfera macropolítica seja apenas indiretamente influente nas RI. Na disciplina, os elementos macropolíticos influenciam quem participa do debate, pois os guardiões (*gatekeepers*) científicos são influenciados por preocupações da vida real. De fato, pode-se argumentar facilmen-

CC BY NC SA

te que as RI é um campo com primazia da prática, característica que não é apenas distintiva das RI latino-americanas, como presumiu Tickner (2008), mas de toda a disciplina. Portanto, é altamente provável que não apenas na América Latina, mas também nas RI ocidentais

> preferências conceituais e temáticas no campo foram moldadas por uma série de fatores políticos, econômicos e sociais, entre eles interesses e necessidades domésticas do Estado, práticas de política externa, desenvolvimentos dentro das ciências sociais locais e diversas formas de interação com os Estados Unidos. (TICKNER, 2008, p. 745).

Como mostram os dados de Kristensen, os contextos macropolíticos são um princípio fundamental subjacente ao conhecimento de RI aceito nas principais publicações. Particularmente em suas conexões com a sociologia do conhecimento, a agenda de RI Globais surge, então, como uma estratégia para nomear e envergonhar os gatekeepers de RI a aceitarem fontes de conhecimento geograficamente mais diversas na disciplina.

Wemheuer-Vogelaar et al (2016) argumentam que as RI Globais tem uma abordagem dupla das RI. Desenvolve-se por meio de relatos normativos sobre RI não ou pós-ocidentais, e por meio de uma crescente literatura empírica que busca, por exemplo, padrões de citação para desvendar a verdadeira face da disciplina. Somando-se a isso, Risse et al (2022) constatam que as citações teóricas nas publicações da WoS são centralizadas exclusivamente em autores baseados nos EUA, Reino Unido e Europa continental, e que, embora possa haver "algumas citações teóricas em periódicos não incluídos na WoS referentes a acadêmicos de uma região ou país em particular", "essas citações não vão além da revista individual" (RISSE et al, 2022, p. 22):

> Estudiosos não-ocidentais parecem reproduzir e engajar teorias de RI originadas na área transatlântica, mas sua contribuição para a construção de teorias raramente é reconhecida nos próprios periódicos não-WoS. Além disso, esses periódicos têm muito pouco em comum, no que diz respeito às citações – exceto por suas referências ao núcleo da teoria transatlântica (Idem).

Após esta análise, eles concluem que as RI têm uma estrutura núcleo-periferia onde "nódulos do núcleo transatlântico estão interligados uns aos outros e a alguns nódulos periféricos, enquanto os nódulos periféricos estão conectados ao núcleo, mas não entre si" (RISSE et al, 2022, p. 1). Concluem ainda que "o conhecimento produzido na periferia tem de passar pelo núcleo transatlântico para ser reconhecido globalmente" (Idem). Isso pode ajudar a explicar por que, após extensa pesquisa no Brasil e na Índia, Alejandro (2019) conclui que não há "pro-

CC BY NC SA

dução especificamente teórica" nas RI desses países, ou que "diferenças temáticas (com foco na política externa nacional e estudos regionais) existem, mas são percebidas como tradições nacionais e não investidas como uma postura contra-hegemônica" (ALEJANDRO, 2019, p. 14).

Alejandro não inclui elementos macropolíticos em sua tentativa de explicar essa realidade. Ela investiga os incentivos disciplinares desses países para internacionalizar sua pesquisa. No entanto, as realidades sociais, econômicas e políticas desses países podem ter influenciado a forma como eles teorizam a realidade, e o que ela considera diferenças temáticas podem, na verdade, representar divergências teóricas. A publicação dessas divergências teóricas em periódicos internacionais depende, entre outros, da abertura desses periódicos a essas perspectivas. Assim, o que Alejandro chama de "falta de engajamento anti-hegemônico" de estudiosos brasileiros e indianos que conseguem internacionalizar suas publicações pode simplesmente representar os próprios preconceitos desses periódicos internacionais.

A política, a economia e a sociedade impactaram significativamente a forma como as RI são teorizadas, por exemplo, no Brasil. Embora o Híbrido Latino-Americano (LAH)[2] de Tickner (2003) tenha algumas deficiências, como a fusão de desenvolvimentismo e teoria da dependência, ele ressalta uma realidade em que as formas locais e regionais de abordar os desafios sociais e econômicos influenciaram a forma como os estudiosos de RI teorizam a política internacional. A influência política que os fundadores do desenvolvimentismo e da teoria da dependência tiveram nos países latino-americanos também é bastante significativa. Durante décadas, personalidades como Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso ocuparam os cargos mais altos nos processos decisórios desses países, gozando simultaneamente de grande respeito no meio acadêmico.

Alguns autores do Norte Global mencionam o desenvolvimentismo e/ou a teoria da dependência como contribuições teóricas do Sul Global. No entanto, esses autores tendem a se restringir ao campo da Economia Política Internacional (HOLSTI, 1985; GILPIN, 1987). Assim, é difícil entender exatamente o que Alejandro considera teórico ou temático, mas dificilmente é correto supor que as RI brasileiras fogem do engajamento anti-hegemônico. Seus engajamentos anti-hegemônicos podem ser invisíveis para bancos de dados como o WoS, mas isso não implica em sua inexistência - e essa invisibilidade pode dizer mais sobre gatekeeping nessas publicações do que sobre a academia brasileira.

2 De acordo com Tickner (2003, p. 336), "[A] abordagem híbrida latino-americana baseia-se em conceitos distintos derivados da teoria da dependência, realismo morgenthauiano e interdependência".

O cenário político em que a Teoria de RI se desenvolveu em países como o Brasil difere, então, daquele nos países do Norte Global. Isso não significa que a Teoria de RI não exista nesses países. Investigar o que esses países consideram teoria de RI em seus próprios debates exige lentes antropológicas, pois é preciso ouvir atentamente o que os nativos consideram teórico. No caso brasileiro, ainda que os nativos tenham a tendência de acusar a Teoria das RI de imperialismo, além de amaldiçoar as epistemologias universais, isso não significa que eles simplesmente escrevem ensaios ateóricos (CERVO, 2008a). Existem diversos arcabouços conceituais que estão embutidos em tradições filosófico-políticas, como o nacional-desenvolvimentismo, que podem ainda não ter viajado para o Norte Global, mas mesmo assim existem (CERVO, 2008b; SARAIVA, 2009). Como argumentam Rafael Bittencourt e Valéria Lopes nesta edição, já existe uma RI diferente, mas ela ainda busca ser ouvida.

A influência política que autores dessas e de outras vertentes regionais e nacionais têm exercido na sociedade brasileira e nas ciências sociais brasileiras tem impactado definitivamente a forma como a Teoria de RI é desenvolvida no país. Kristensen, assim como Alejandro, mantém um estudo estritamente disciplinar e microssocial das RI em países como Brasil e Índia. Ao fazer isso, eles perdem a perspectiva mais ampla como se ela não importasse, ou importasse apenas indiretamente, ao afetar as bases institucionais e materiais da vida intelectual. Ela afeta as bases institucionais e materiais da vida intelectual, e o fazem diretamente. Basta reconhecer que a *Revista Brasileira de Política Internacional* (RBPI), que remonta a 1958, passou a maior parte da ditadura militar (1964-1985) publicando relatórios escritos por oficiais civis e militares, mas em 1979, quando o regime começou oficialmente a abertura política, a revista passou a publicar autores da vertente nacional desenvolvimentista, como Hélio Jaguaribe, que então publicou impressões teóricas sobre a posição brasileira no cenário internacional.

Enquanto Cardoso, um dos fundadores da teoria da dependência, recebeu financiamento da Fundação Ford para discutir sua teoria em toda a América Latina, tendo fundado o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) em São Paulo em 1969, nos primeiro anos mais repressivos da ditadura, Jaguaribe e Furtado foram exilados. O nacional-desenvolvimentismo foi instrumentalizado pelo regime autoritário retirando da equação o argumento da justiça social. No entanto, quando o regime começou oficialmente a se abrir, o mesmo aconteceu com a RBPI, até hoje a publicação brasileira mais bem colocada em rankings nacionais e internacionais, e o fez incorporando as teorias nacional-desenvolvimentistas através da obra de Jaguaribe, assim como a de Amado Cervo. Isso ilustra o quanto os elementos macropolíticos afetam diretamente a disciplina de RI no Sul Global em geral e no Brasil em particular. Outras

CC BY NC SA

restrições macropolíticas, como fatores socioeconômicos, precisam ser exploradas. Em outras palavras, para entender a política de produção de conhecimento em RI, é preciso compreender a política de poder mais geral dentro do sistema internacional.

O PROBLEMA SILENCIADO

É importante ressaltar que grande parte do debate sobre a predominância do Norte Global em RI - e particularmente na teoria de RI - tem se concentrado no tipo de conhecimento que é aceito como a) conhecimento acadêmico válido e b) pertencente a algo (uma disciplina?) chamada RI. Como argumentamos, é inquestionável que o que é estudado e publicado como RI mainstream segue padrões geográficos claros que também correspondem a delimitações epistemológicas e ontológicas: um estudo neopositivista das relações entre Estados soberanos. Além disso, muitos dos que afirmam falar em nome do Terceiro Mundo estavam ou estão sediados em instituições de elite em países desenvolvidos[3], reproduzindo uma dinâmica global de dependência acadêmica (BALLESTRIN, 2017).

A crítica discutida anteriormente ao "Terceiro Debate" dentro da disciplina de RI é muito pertinente às RI Globais, como um projeto que foi indubitavelmente influenciado pelo pós-colonialismo e que se concentrou principalmente na ampliação das RI por meio da crítica acadêmica. Vale ressaltar que destacar a importância das condições materiais não equivale a menosprezar a importância da cultura, do discurso ou das relações entre saber e poder. (De fato, vários artigos nesta edição especial mostram como eles são importantes.) Quando neomarxistas ou autores decoloniais criticam o pós-colonialismo por negligenciar as condições materiais, eles argumentam que tanto entender quanto desmantelar o colonialismo e o imperialismo exige enfrentar sua conexão indissolúvel com o capitalismo e a subjugação econômica do Sul Global. Quando dizemos que isso também tem ressonância para as RI Globais, queremos dizer que essas condições materiais também são refletidas na academia de maneiras que nós, como acadêmicos, muitas vezes não gostamos de explorar.

Em primeiro lugar, como foi abordado na seção anterior, os interesses geopolíticos dos países do Norte Global podem afetar os interesses acadêmicos e, portanto, contribuir para que trabalhos dos países do Sul Global sejam considerados mais ou menos desejáveis para entrada em espaços mainstream, como publicações ou conferências. Esse certamente tem

3 Tanto Edward Said quanto Gayatri Spivak ensinaram principalmente na Columbia University, uma instituição da Ivy League em Nova York. Homi Bhabha é professor em Harvard.

CC BY NC SA

sido o caso da China, e o crescente interesse pela "RI chinesa" ou pela "Escola Chinesa" que acompanhou a ascensão econômica e política do país. O que não quer dizer, é claro, que essas perspectivas não tenham valor intrínseco - como mostram Silva, Ferreira e Leite em seu artigo *Política Externa da China e a Cooperação Internacional: Ajuda Humanitária Como Instrumento de Aproximação com o Sul Global*, neste dossiê, o poderio da China também lhe permitiu questionar as práticas políticas internacionais e até mesmo atribuir um novo significado a conceitos como Ajuda Humanitária.

O caso do Brasil também fornece um exemplo interessante de desempenho político e econômico moldando os destinos acadêmicos. Pode-se dizer que a ascensão das RI no Brasil acompanhou a ascensão do país no sistema internacional: enquanto crescia em média 4,0% ao ano [4], liderando iniciativas como o BRICS e o IBAS, e fazendo campanha por uma vaga no Conselho de Segurança da ONU, o Brasil também estava vendo uma expansão massiva das RI. Entre 2003 e 2013, o número de cursos de graduação em RI triplicou, taxa de crescimento que superou em muito o crescimento do ensino superior em geral. O número de programas de pós-graduação na área também aumentou: enquanto havia apenas dois no início do século, onze novos programas foram criados entre 2002 e 2014 (BARASUOL; SILVA, 2016). Novamente, enquanto o número de programas de pós-graduação em todas as áreas cresceu nesse período, mais ou menos dobrando de acordo com Cirani, Campanado e Silva (2015), as RI cresceu a uma taxa muito maior. Como argumenta Milani (2021), esse crescimento do interesse em RI refletiu o aumento da proeminência do Brasil internacionalmente.

A RI brasileira, apesar da diversificação recente, sempre teve um forte foco no estudo da Política Externa Brasileira, e tem sido bastante influenciada por "diplomatas-intelectuais" e outros formuladores de políticas (MILANI, 2021). Assim, enquanto novas agendas adentravam os espaços acadêmicos brasileiros acompanhando sua expansão, ainda havia muito interesse em analisar a nova diplomacia, mais ativa, altiva, e criativa implantada pelo presidente Lula entre 2003 e 2010 (AMORIM, 2010), a qual foi amplamente responsável pelo aumento do perfil internacional do Brasil.

Essa atenção não foi indevida, nem exclusiva da academia brasileira. Junto com outros países em desenvolvimento, como Índia e China, o Brasil questionava as estruturas da ordem global 'liberal' e buscava reformulá-las em termos mais inclusivos. Dois artigos desta edição exploram a importância e o legado da 'era Lula': Patrícia Rinaldi e Isabella Trevisan, em seu

4 Com base nos dados de crescimento do PIB do Banco Mundial. Disponível em < https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG >.

CC BY NC SA

artigo *Cooperação Sul-Sul como contra-dádiva: reivindicações simbólicas da política externa do governo Lula no projeto Cotton-4,* argumentam que o governo Lula procurou contrariar o caráter hierárquico que historicamente predominava na cooperação internacional para o desenvolvimento, substituindo-o por um quadro simbólico muito estruturado para definir sua cooperação Sul-Sul. E Jéser Abílio de Souza, em seu artigo *Entre representações e posições: analisando os discursos da política externa brasileira relacionados ao tema da integração regional sul-americana durante os governos Lula (2003-2010),* analisa o papel da integração regional na busca da diplomacia brasileira por organizar e transformar as relações de poder no sistema internacional. Considerando que o presidente Lula deve iniciar seu terceiro mandato em 2023, é oportuno rever suas motivações e ações em relação à agenda internacional.

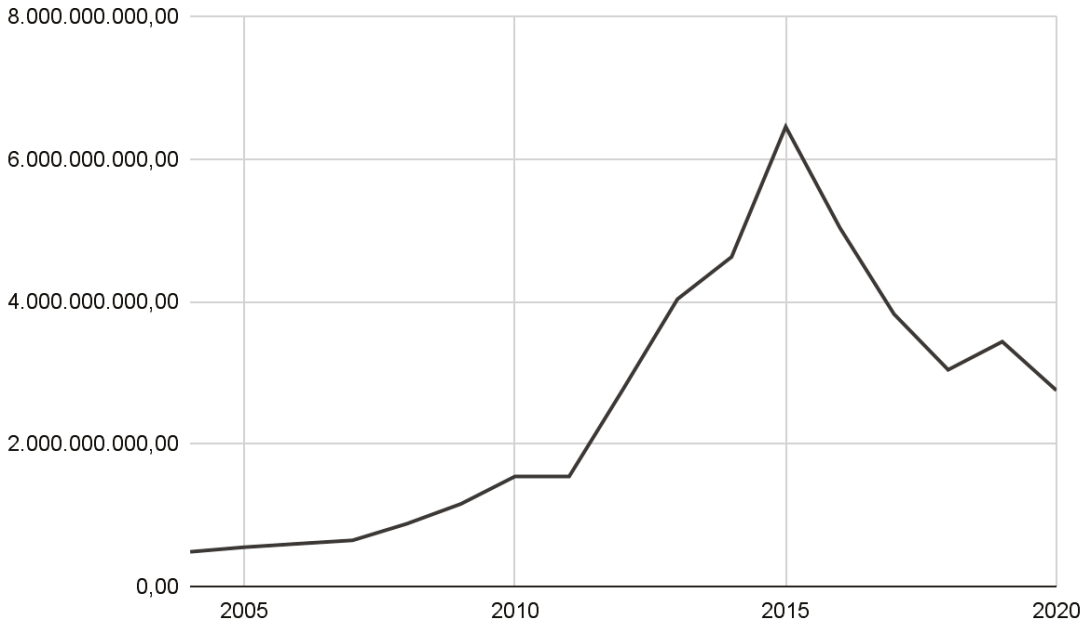
Esse momento de assertividade internacional também foi acompanhado por crescentes demandas por uma 'RI brasileira' (CERVO, 2008b) as quais, em grande parte, buscavam justificar a necessidade de uma perspectiva brasileira baseada nessa noção do Brasil como um importante 'player' nem um mundo multipolar (AMORIM, 2010). Essas demandas refletem uma tradição crítica das RI brasileiras, ligada ao desenvolvimentismo e à teoria da dependência e que se apoia em um conjunto de pressupostos importantes como a industrialização como principal vetor de desenvolvimento econômico. E, embora indubitavelmente crítica, ela mantém alguns dos princípios centrais das abordagens "mainstream" de RI, como o foco no estado-nação como o principal ator internacional e a crença na importância da política de poder (embora questione a suposta anarquia do sistema internacional em bases marxistas). Isso às vezes coloca essa tradição em colisão com perspectivas críticas que entraram no debate nas RI brasileiras apenas muito recentemente, como feminismo, pós e decolonialismo e perspectivas indígenas. Essas abordagens buscam desvendar relações de poder que muitas vezes acontecem intra ou transnacionalmente e questionar conceitos tradicionais como Estado e desenvolvimento. De fato, por meio de seus argumentos, pode-se questionar até algumas ações da Política Externa brasileira, como seu papel na liderança da Missão da ONU para a Estabilização do Haiti (Minustah).

Essa diversificação teórica, curiosamente, foi em grande parte possibilitada pelo que consideramos a segunda forma pela qual as condições materiais afetam as práticas acadêmicas: o financiamento. Enquanto o interesse pelas RI no Brasil (e por uma 'RI brasileira') foi impulsionado pelos fatores mencionados acima, sua expansão foi possibilitada pelo investimento em educação superior do governo federal, que cresceu de forma constante de 2004 a 2015. Isso significou não apenas crescimento das matrículas em cursos de graduação e pós-graduação (CIRANI; CAMPANARIO; SILVA, 2015), mas também o fortalecimento da pesquisa,

CC BY NC SA

uma vez que este orçamento inclui bolsas para pós-graduandos, financiamento para realização e participação em congressos e financiamento para projetos de pesquisa e cooperação internacional, bem como para acessar periódicos científicos[5]. O investimento em pesquisa cresceu marcadamente no período, como pode ser visto abaixo:

Figura 1: Orçamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em Reais (2004-2020)



Fonte: elaborada pelos autores com base em dados da CAPES. Disponível em < https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/orcamento-evolucao-em-reais >.

Como todos os acadêmicos sabem, a pesquisa não é feita no vácuo. Enquanto a entrada em espaços acadêmicos 'internacionais' depende da superação de barreiras epistemológicas e ontológicas (ou seja, de ter sua pesquisa aceita como 'conhecimento acadêmico'), também depende da superação de barreiras materiais. Participar da conferência acadêmica mais importante das RI, a Conferência Anual da International Studies Association (ISA), por exemplo,

5 Embora o setor privado tenha uma grande parcela dos programas de graduação e pós-graduação profissional no Brasil, a pesquisa é realizada principalmente em universidades públicas e financiada por governos federais e (em uma escala muito menor) locais. Mesmo nas universidades privadas, as bolsas para alunos de pós-graduação são concedidas pela CAPES, CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Técnico) ou fundações estaduais como a FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).

CC BY NC SA

custa US$80,00 para sócios estudantes e US$120,00 para sócios não estudantes que ganham menos de US$20.000,00 por ano. Isso significa que só a inscrição custará entre R$ 440,00 e R$ 700,00 (ou R$ 750,00 e R$ 1.000,00 considerando os custos de filiação)[6]. A passagem de avião para Montreal (sede da Convenção ISA do ano que vem) custa em torno de R$5.000,00. Para efeito de comparação, a bolsa mensal para um estudante de mestrado no Brasil é de R$1.500,00; para um estudante de doutorado é de R$2.200,00; e o salário inicial para um professor em uma universidade federal é de R$7.500,00 (descontados os impostos). E o salário mínimo do Brasil é de R$1.212,00. O objetivo de mostrar esses números não é apenas criticar a ISA, que na verdade tem um número razoável de oportunidades de financiamento, mas chamar a atenção para os custos materiais reais de seguir uma carreira acadêmica.

O fato é que a academia é um espaço profundamente desigual, que adiciona camadas de suas próprias desigualdades às hierarquias do 'mundo real' já existentes. Caso em questão: publicação acadêmica. A principal forma de publicação de conteúdo acadêmico - e a que mais prestigia o currículo - é o periódico acadêmico. Atualmente, a maioria dessas publicações exige o pagamento de uma assinatura (geralmente por uma universidade) para acessar todo o seu conteúdo ou de uma taxa para acessar artigos individuais. É o caso, por exemplo, dos periódicos mais bem avaliados de RI (segundo SJR ou índice h), como International Organization, International Security, International Studies Perspectives, International Studies Quarterly e até Third World Quarterly. O custo de acesso a um artigo em uma dessas publicações está entre US$15,00 (para International Security) e US$47,00 (para, inacreditavelmente, Third World Quarterly). Embora existam maneiras de contornar o paywall e alguns artigos sejam de acesso aberto, esses obstáculos vêm em cima de uma divisão digital existente entre Norte e Sul e, mais particularmente, entre aqueles já desfavorecidos no Sul.

Esses são apenas dois exemplos de como as diferenças materiais fazem da vivência acadêmica no Sul Global uma experiência muito diferente daquela no Norte. Não se trata apenas de uma determinada produção - um artigo acadêmico ou um livro - ser aceita pelos gatekeepers, chegar ao portão já é um desafio. A realização da pesquisa, a formatação e tradução (literal e figurativa) em algo consumível pelos espaços acadêmicos 'internacionais', adentrar nesses espaços, tudo isso implica em custos materiais reais[7]. Não só isso, mas o fato de a

6 Os dados são do site da International Studies Association (ISA). Disponível em < https://www.isanet.org/Conferences/ISA2023/Registration >. A conversão foi baseada na taxa de câmbio de 12 de outubro de 2022 e arredondada para baixo.

7 Outro exemplo: uma tradução do português para o inglês custa, em média, R$0,15 por palavra. Isso significa que, se você não escreve bem em inglês, mas quer publicar em uma revista 'internacional' como as citadas anteriormente, gastará em torno de R$1.200,00 por artigo.

CC BY NC SA

entrada nesses espaços ser considerada a meta dos acadêmicos do Sul significa que eles são - para o bem e para o mal - o local de encontro de acadêmicos de diferentes partes do Sul.

É claro que também devemos levar em conta as diferenças dentro do Norte e do Sul. Enquanto algumas universidades do Norte tem fundos bilionários[8], algumas estão enfrentando dificuldades financeiras. De fato, cada vez mais "o ensino superior é visto principalmente como um bem privado, como uma mercadoria comercializável que pode ser submetida aos caprichos dos mercados nacionais e internacionais" (TILAK, 2008, p. 450). Assim, defende-se que deve contar cada vez menos com o financiamento público. O resultado é um declínio no investimento público no ensino superior, mesmo entre os países de renda alta e média-alta (Idem). Em muitos casos, a resposta das instituições tem sido a redução de custos, o que afetou particularmente a profissão acadêmica. Como consequência vemos, por exemplo, o processo de adjuntificação nos Estados Unidos ou contratos temporários no Reino Unido, Alemanha, e outros países europeus.

Voltando ao exemplo brasileiro, a CAPES e o CNPq tiveram seus orçamentos reduzidos em mais de 50% desde 2015 – uma perda real de mais de 90% no caso da CAPES, se considerada a inflação do período. Poucas perspectivas de realização profissional, bolsas estagnadas que em alguns casos mal cobrem o custo de vida e outros custos materiais e não materiais se combinam para tornar a academia um espaço mais excludente. Isso significa que se torna menos acessível não apenas para estudiosos do Sul, mas principalmente para aqueles já marginalizados *no* Sul. Mesmo sendo um país do Sul Global, o Brasil reproduz muitas das exclusões que existem no Norte. Apesar de iniciativas, como cotas, para diversificar o ensino superior e a academia, as RI continuam majoritariamente brancas: apenas cerca de 20% dos alunos de graduação se declaram negros, pardos ou asiáticos[9]. E à medida que se sobe nas fileiras acadêmicas, essa situação se agrava: entre os 352 docentes de onze dos programas de RI mais bem avaliados do Brasil, apenas nove professores são negros e apenas uma é mulher negra (SOARES; ROSA, no prelo). E enquanto as mulheres são quase 60% dos alunos de graduação em RI, elas são apenas 32% dos professores (Idem). É inquestionável que grupos já menos representados no meio acadêmico são os mais atingidos pelos cortes orçamentários, situação que contribuirá para manter a falta de diversidade que descrevemos.

8 De acordo com o Centro Nacional de Estatísticas da Educação, as universidades dos Estados Unidos com os maiores fundos no final de 2020 foram a Universidade de Harvard (US$ 42 bilhões), a Universidade de Yale (US$ 31 bilhões), o Sistema da Universidade do Texas (US$ 31 bilhões), Stanford University (US$ 29 bilhões) e Princeton University (US$ 26 bilhões). Disponível em < https://nces.ed.gov/fastfacts/display.asp?id=73 >.

9 Dados do Ministério da Educação (MEC). Disponível em < http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/71071-produto-2-estudo-trajetoria-profissionais-egressos-ri-pdf/file >.

CC BY NC SA

Embora acreditemos na existência de uma experiência comum do Sul Global de lutas compartilhadas e legados coloniais, e na importância de ter vozes do SG ouvidas dentro das RI, também é importante questionar quais vozes estão sendo ouvidas e por quê. Como Jacqueline Braveboy-Wagner argumenta em sua entrevista neste dossiê, acadêmicos brancos já têm a vantagem de serem percebidos como "de alguma forma mais "familiares" do que uma pessoa negra ou latina não-branca", mesmo que ambos estejam fazendo pesquisa "não-ocidental". Além disso, obras que ou se assemelham ao que é produzido no Norte, ou que são consideradas com bastante "sabor local" (TICKNER; BLAINEY, 2012, p. 3) também tendem a ser mais bem recebidas. Os autores do Sul Global devem ser cautelosos para não se tornarem tradutores que tornam conceitos radicais palatáveis para espaços acadêmicos liberais moderados ou atrações exóticas. O objetivo de entrar nesses espaços não é fazer parte de algo exclusivo, mas torná-los menos excludentes, para que as diversas realidades do Sul (e do Norte) possam ser melhor compreendidas e para que possamos pensar coletivamente em soluções para nossos problemas compartilhados. Só então a iniciativa das RI Globais pode ser, de fato, um movimento de desocidentalização no longo prazo.

CONCLUSÃO

Em 2007, Amitav Acharya e Barry Buzan publicaram um artigo perguntando "Por que não existe uma teoria de relações internacionais não-ocidental?". Embora esta não tenha sido a primeira vez que o caráter ocidental das RI foi questionado[10], esta publicação foi muito provavelmente o primeiro passo para tornar essa conversa mais ampla e construir algo que agora chamamos de RI Globais. Desde então, muitas respostas foram dadas a essa pergunta: é porque as RI refletem a competição entre as grandes potências e suas prioridades de política externa; porque se baseiam em uma visão histórica imperialista e centrada no ocidente; por causa de práticas de gatekeeping dentro da academia. Ou ainda: *existem* teorias não-ocidentais do internacional, mas as RI se recusam a aceitá-las.

Neste artigo introdutório, optamos por não apenas descrever esses relatos anteriores, mas acrescentar nossa modesta contribuição e explorar algumas maneiras pelas quais as condições materiais afetam a (falta de) pluralização nas RI. Acreditamos que tanto os interesses geopolíticos do Norte Global - em grande parte ligados à ascensão econômica e política de alguns estados do Sul Global - quanto a questão mais "mundana" do financiamento são peças

10 Ver, por exemplo, Neumann (1998), Weaver, (1998) ou Tickner (2003). .

importantes nesse quebra-cabeça. A análise dessas problemáticas levanta questões não apenas sobre RI, mas sobre o papel que os acadêmicos têm ou deveriam ter na sociedade, e como as desigualdades na academia (tanto entre Norte e Sul, quanto dentro do Norte e do Sul) refletem as desigualdades na sociedade e podem indiretamente contribuir para a sua manutenção.

O que se tornou consensual nos 15 anos desde o artigo de Acharya e Buzan é que a desocidentalização das RI é um passo essencial na evolução da disciplina. Não tem sido tão fácil, no entanto, concordar sobre como exatamente conseguir isso. Acreditamos - e esta é a principal motivação por trás deste dossiê - que as RI Globais apresentam uma alternativa valiosa para pluralizar a disciplina, promovendo inclusão e reimaginação, e avançando a difusão do poder acadêmico. Dito isso, não é sem suas limitações: ao focar nas contribuições nacionais (ou 'escolas') pode promover o paroquialismo, e ao focar na crítica acadêmica, pode esquecer as bases materiais da produção do conhecimento. A primeira questão, acreditamos, é mais fácil de evitar. A segunda, no entanto, faria com que a academia enfrentasse questões inescapáveis para muitos e invisíveis para alguns - na maioria das vezes, aqueles que mantêm os portões. Esperamos que este número, escrito exclusivamente por acadêmicos do Sul Global, trabalhando no Sul Global, publicado no Sul Global, em um periódico acadêmico de acesso 100% gratuito e por uma universidade pública, possa ser um bom começo.

BIBLIOGRAFIA:

ACHARYA, Amitav. Dialogue and Discovery: In Search of International Relations Theories Beyond the West. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 39, n. 3, p. 619–637, 2011.

ACHARYA, Amitav. Global International Relations (IR) and Regional Worlds. *International Studies Quarterly*, v. 58, n. 4, p. 647–659, 2014.

ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry. Why is there no non-Western international relations theory? An introduction. International Relations of the Asia-Pacific, vol. 7, 2007.

ALEJANDRO, Audrey. *Western Dominance in International Relations? The Internationalisation of IR in Brazil and India*. London and New York: Routledge, 2019.

AMORIM, Celso. Brazilian Foreign Policy under President Lula (2003-2010): an overview. *Rev. Bras. Polít. Int. vol.* 53, 2010.

ANIEVAS, Alexander; MANCHANDA, Nivi; SHILLIAM, Robbie: *Race and Racism in International Relations*. New York: Routledge, 2015.

ARIS, Stephen. International vs. area? The disciplinary-politics of knowledge-exchange between IR and Area Studies. *International Theory***,** p. 1–32, 2020. doi:10.1017/S1752971920000184.

AYOOB, MOHAMMED. Inequality and Theorizing in International Relations: The Case for Subaltern Realism. *International Studies Review,* vol. 4, n. 3, 2002.

BALLESTRIN, Luciana M. A. Modernidade/Colonialidade sem "Imperialidade"? O Elo Perdido do Giro Decolonial. *DADOS – Revista de Ciências Sociais,* Rio de Janeiro, vol. 60, no 2, 2017.

BALZACQ, Thierry; BEALE, Stéphane J. The Third Debate and Postpositivism. *Oxford Research Encyclopedia of International Studies.* Available at < https://oxfordre.com/internationalstudies/view/10.1093/acrefore/9780190846626.001.0001/acrefore-9780190846626-e-104>.

BARASUOL, Fernanda; SILVA, André Reis da. International Relations Theory in Brazil: trends and challenges in teaching and research. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 59, 2016.

BEN-DAVID, Joseph; SULLIVAN, Teresa A. Sociology of Science. Annual Review of Sociology 1:1, 1975, 203-222

BIERSTECKER, Thomas. The parochialism of hegemony: Challanges for "American" International Relations. In: Tickner, A. B.; Wæver, O. (Org.). *International relations scholarship around the worl***d,** Abingdon Oxon, New York: Routledge, 2009.

BILGIN, Pinar. *One model of engagement between MES and IR*. Washington D.C., 2015.

BILGIN, Pinar. Thinking Past 'Western' IR?. *Third World Quarterly* vol. 29, n. 1, 2008.

BUZAN, Berry. The Middle East through English School Theory. In: Buzan, B.; Gonzales-Pelaez, A. (Org.). *International Society and the Middle East:* English School Theory at the Regional Level, New York: Palgrave Macmillan, 2009, p. 24–45.

BUZAN, Berry; ACHARYA, Amitav. *The Making of Global International Relations: Origins and Evolution of IR at its Centenary*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

BUZAN, Berry; LAWSON, George. *The Global Transformation: History, Modernity and the Making of International Relations.* Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependencia y desarrollo en América Latina*. México DF: Siglo XXI, 1969.

CERVO, Amado Luiz. Conceitos em Relações Internacionais. *Rev. bras. polít. int.* vol. 51, n. 2, 2008a.

CERVO, Amado Luiz. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros.* São Paulo: Editora Saraiva, 2008b.

CIRANI, Cláudia B. S.; CAMPANARIO, Milton; SILVA, Heloisa Helena Marques da. A evolução do ensino da pós-graduação senso estrito no Brasil: análise exploratória e proposições para pesquisa. *Avaliação*, vol. 20, n. 1, 2015.

DECIANCIO, Melisa. International Relations from the South: A Regional Research Agenda for Global IR. *International Studies Review*, vol. 18, n. 1, 2016.

ESCUDÉ, Carlos. *Realismo periférico*. Buenos Aires: Planeta, 1992

FAWCETT, Louise. International Relations and the Middle East: bringing area studies (back) in. Fawcett: *Introduction: Does International Relations Need Area Studies?* 1. ed., 2020, St Antony's International Review (STAIR), p. 8–14.

GELARDI, Maiken. Moving Global IR Forward - A Road Map. *International Studies Review* vol. 22: 830-852, 2020.

GILPIN, Robert. The Political Economy of International Relations. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1987.

HALLIDAY, Fred. *Rethinking International Relations.* New York: Red Globe Press, 1994.

HELLMANN, Gunther; VALBJORN, Morten (Ed.). *Problematizing Global Challenges: Recalibrating the "Inter" in IR-Theory Inter Alia*, 2017.

HOLSTI, Kalevi. *The Dividing Discipline: Hegemony and Diversity in International Theory*. Boston: Allen & Unwin, 1985.

HURRELL, Andrew. Towards the Global Study of International Relations. *Revista Brasileira de Política Internacional,* v. 59, n. 2, p. 1–18, 2016. doi:10.1590/0034-7329201600208.

Contributor Introduction: Does International Relations Need Area Studies? 1. ed., 2020 (St Antony's International Review (STAIR), p. 22–28.

KRISTENSEN, Peter Marcus. Revisiting the "American Social Science"- mapping the geography of International Relations.*International Studies Perspectives,* 2013.

KRISTENSEN, Peter Markus. Rising Powers in the International Relations Discipline: social inquiries into a dividing discipline and the quest for Non-Western Theory. Dissertation submitted to the Department of Political Science of the University of Copenhagen when the author obtained his PhD supervised by OleWæver, 2015.HURRELL, Andrew. Why International Relations and Area Studies need each other.

MILANI, Carlos R. S. The foundation and development of International Relations in Brazil. *Review of International Studies*, p. 1-17, 2021.

NEUMANN, Stephanie (org). *International Relations Theory and the Third World*. Nova York: St. Martin's Press, 1998.

QUEJERAZU, Amaya; TICKNER, Arlene. Unsettling Knowledges in Latin America. In. ACHARYA, Amitav; TUSSIE, Diana; DECIANCIO, Melisa. *Latin American in Global International Relations.* Nova York: Routledge, 2022.

RISSE, Thomas; WEMHEUER-VOGELAAR, Frank Havermann. IR Theory and the Core-Periphery Structure of Global IR: Lessons from Citation Analysis. *International Studies Review*, Volume 24, Issue 3, September 2022.

SAID, Edward W. *Orientalismo*: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

SARAIVA, José Flávio Sombra (ed.) *Concepts, Histories and Theories of International Relations for the 21th Century: Regional and National Approaches*. Brasília: IBRI, 2009.

SHAMI, Seteney Khalid; MILLER-IDRISS, Cynthia (Ed.). *Middle East studies for the new millennium: Infrastructures of knowledge*. New York: New York University Press, 2016. xiii, 488 pages ;. ISBN 9781479827787.

SMITH, Karen. Contrived boundaries, kinship and ubuntu: a (South) African view of "the international". In. TICKNER, Arlene; BLANEY, David. Thinking International Relations Differently. New York: Routledge.

SOARES, Letícia Alves; ROSA, Marina Almeida. *Je Suis Ici*, ainda que não queiram": a inviabilização da mulher negra como docente de Relações Internacionais no Brasil. In. FELIX, Natália M.; BARASUOL, Fernanda; ZANELLA, Cristine. *Feminismo, Gênero, e Relações Internacionais*.

TICKNER, Arlene. Hearing Latin American Voices in International Relations Studies. *International Studies Perspectives*, n. 4, p. 325-350, 2003.

TICKNER, Arlene B. Latin American IR and the Primacy of lo práctico. *International Studies Review*, vol. 10, n. 4, 2008.

TICKNER, Arlene; WEAVER, Ole. *International Relations Scholarship around the World*. New York: Routledge, 2009.

TICKNER, Arlene B.; BLANEY, David L. (eds.). *Thinking International Relations Differently*. New York, NY: Routledge, 2012.

TILAK, Jandhyala B. G. Higher education: a public good or a commodity for trade?Commitment to higher education or commitment of higher education to trade. *Prospects,* vol. 38, 2008.

TURTON, Helen L. *International Relations and American Dominance: a diverse discipline*. Nova York: Routledge, 2016.

VITALIS, Robert. *White World Order, Black Power Politics: The Birth of American International Relations.* New York: Cornell University Press, 2015.

VUCETIC, S. *The Anglosphere: A Genealogy of Racialized Identity in International Relations*. Palo Alto: Stanford University Press, 2011.

WEAVER, Ole. The sociology of a not so international discipline: American and European developments in international relations. *International Organization*, vol. 52, n. 4, 1998.

WEMHEUER-VOGELAAR, Wiebke; BELL, Nicholas J.; MORALES, Mariana Navarrete; and TIERNEY, Michael J. The IR of the Beholder: Examining Global IR Using the 2014 TRIP Survey. *International Studies Review* 18(1), 2016: 16-32.